

## A COMPAIXÃO NA HISTÓRIA: ATRIBUTO ANTROPOLÓGICO E OCULTAMENTO

*Ileuza Costa Cardoso \**

*Marta Maria Amorim Silva \*\**

**Resumo:** A compaixão como determinante de fatos históricos. O artigo procura mostrar que não somente a disputa pelo poder, geradora dos fatos mais cruéis e beligerantes da história da humanidade, caracteriza a trajetória humana, mas também fatores subjetivos positivos, tais como a compaixão, interferiram, influenciaram e mesmo definiram e ainda definem a atuação do homem na Terra. O artigo mostra que reduzir o homem a sua dimensão *híbris* é negar a complexidade inerente à espécie.

**Palavras-chave:** História. Compaixão. Crueldade.

### Introdução

**Cinderela, Branca de Neve e os Sete Anões, Édipo.** O que há de comum nessas três histórias? Não apenas o fato de serem ficção. O elemento que as une é que o desfecho das três histórias é

\* Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Pós-graduada em Interdisciplinaridade na Educação Básica e Magistério Superior pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter). E-mail: icostacardoso@yahoo.com.br.

\*\* Licenciada em Pedagogia pela Uesb, pós-graduada em História Social do Trabalho pela Uesb e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter). E-mail: marta\_jm27@hotmail.com.

fundamentalmente determinado pela compaixão. É a compaixão da Fada Madrinha que faz com que o Príncipe se case por amor com Cinderela garantindo um período de paz e harmonia no Reino. É a compaixão do caçador que desobedece à ordem da Madrasta e poupa a vida de Branca de Neve, alterando os planos maquiavélicos daquela que pretendia ser a Rainha de todo ao Reino. É também a compaixão do pastor que salva a vida de Édipo, que mais tarde matará o seu pai, o Rei de Tebas.

Nas histórias infantis e nos mitos – recursos simbólicos de projeção psicológica –, a compaixão tem o “poder” de mudar o desfecho, de alterar a configuração da história. Se levarmos em conta que

[...] esses arquétipos (os mitos) ancestrais, por mais metafóricos que sejam, nunca perdem sua conexão com certo conteúdo histórico-social [e que] tais realidades lançam suas raízes nas experiências ancestrais, comunitárias e sócio-políticas da humanidade (BOFF, 1999, p. 71-72)

talvez possamos conceber que a compaixão esteve e está determinando muitos dos eventos históricos da humanidade.

### **Ocultamento da compaixão nos currículos**

Na literatura histórica, é possível observar o quanto é escasso e impreciso falar de grupos ou indivíduos que testemunharam a compaixão tanto nos grandes fatos históricos quanto em sua vida cotidiana. É como se a contradição humana inexistisse, e apenas a demência do homem explicasse todos os eventos registrados ou não ao longo da história da humanidade. Os pesquisadores das ciências humanas (historiadores, antropólogos, sociólogos, etnólogos) dedicaram-se quase exclusivamente à investigação e análise dos fatos, enfatizando a crueldade, a perversidade, as atrocidades que um ser humano pode cometer em nome da ganância, do orgulho, da vaidade, da luta pelo poder. Apesar de serem das ciências humanas, eles abdicaram de humanizar-se ou de humanizar suas teorias. Dessa forma, a compaixão, uma grande virtude humana, foi marginalizada, banida da história e apropriada pelas expressões religiosas e filosóficas.

A moderna sociedade secular nos obriga a ver a bondade, a beleza e a verdade como domínios separados: moralidade, arte e ciência não se relacionam, quando não são tidas como opositoras:

O pensamento iluminista e pós-iluminista distinguiu um domínio separado da razão/ciência/conhecimento e verdade, o qual se sustenta a si mesmo; a estética e a moralidade ou são minimizadas ou separadas como emocionais, subjetivas, ou particularistas; e as relações entre “bondade” e “beleza” são vistas, na melhor das hipóteses, como discutíveis. Muitos (incluindo os de convicções políticas contrastantes) vêem a moralidade como um assunto de interesse do lar e/ou da igreja, e procuram dissociá-la inteiramente da escola. A religião, outrora vista como o árbitro final da verdade, cede agora a tarefa de apurar a verdade às ciências e adota a esfera moral como sua preocupação central. E, é claro, alguns pensadores pós-modernos contestam inteiramente a utilidade de termos historicamente tão contaminados como verdadeiro, belo ou bom (GARDNER, 1999, p. 34).

Entretanto, nem sempre foi assim. Para os gregos antigos, uma pessoa que tivesse alcançado o seu pleno desenvolvimento era o indivíduo virtuoso, que cultivou conhecimentos, que era fisicamente forte e que evidenciava um apurado senso de beleza em questões de corpo e de espírito. Também na perspectiva confuciana, o cavalheiro ideal era o que possuía virtudes nobres e habilidades. Para garantir a sua formação plena, os indivíduos eram submetidos a exemplos de pessoas que encarnavam as características pretendidas (intelectuais, físicas, éticas e estéticas) ao mesmo tempo em que rechaçavam os exemplos opostos. “Os antigos não viam o indivíduo como uma coleção de virtudes, possivelmente conjugadas ou não. Adotaram, de preferência, uma visão decididamente *holística* da pessoa” (GARDNER, 1999, p. 36).

Com o passar do tempo, as esferas se separaram. O saber, fragmentado, destituiu o homem, se não na essência pelo menos ideologicamente, de sua natureza complexa. Os saberes bifurcaram-se, e hoje o que se vê é, no máximo, uma justaposição de conhecimentos à guisa de complementaridade, de interdisciplinaridade. Verdade, beleza e bondade estão, dessa forma, dissociadas no pensamento moderno e contem-

porâneo. Não obstante, não é possível negar os domínios da beleza, da verdade ou da bondade. Associados ou fragmentados, sempre foram de interesse da humanidade, como se pode verificar nos mitos da pré-história, nos comportamentos de luto ritual dos neandertalenses ou nos primeiros artefatos do *Homo sapiens*.

É ponto pacífico que a história não é neutra, ou melhor, que o discurso histórico é profundamente ideológico. Nesse sentido, é que podemos considerar que a história contada com base nos fatos beligerantes ou nas disputas do poder, contada segundo a instância econômica ou o viés materialista, contada segundo a visão da luta de classes forjou ou, pelo menos, potencializou “a selvageria” humana.

Daí porque é possível perguntar: como teria sido a história ou as histórias se as pesquisas tivessem levado em conta as contradições humanas? Em outras palavras: como seria a história não somente pelas lentes de Menés (3100 a.C.), Hammurabi (c. 1800 a.C.), Júlio César (100-44 a.C.), Calígula (12-41 d.C.), Nero (37-68 d.C.), Átila (406-443), os primeiros papas, Czar Guilherme II (c.1027-1087), Gêngis Khan (1162-1227), Bernardo Guy (1261-1331), Torquemada (1420-1498), Henrique VIII (1491-1547), Calvino (1509-1564), Marquês de Sade (1740-1814), Napoleão Bonaparte (1769-1821), Otto Von Bismarck (1815-1898), Stalin (1879-1953), Benito Mussolini (1883-1945), Adolf Hitler (1889-1945), Idi Amim Dada (1923), mas também pelas lentes de Lao-tsé (c.600 a.C.), Confúcio (c.537-c.479 a.C.), Asoka (272-232 a.C.), Wen (179-157 a.C.), Marco Antônio (121-180), os imperadores indianos da dinastia Gupta (320-550), os imperadores maias do século I ao V, Luís (814-840), a rainha escocesa Margarete (1045-1093), Mohandas Gandhi (1865-1948), Hélder Câmara (1909-1999), Tereza de Calcutá (1910-1997), Nelson Mandela (1918), Martin Luther King (1929-1968), Herbert de Souza (1935-1997), entre tantos outros exemplos brilhantes ou repletos de compaixão?

Apesar de toda renovação e de toda crítica ao fazer historiográfico, a concepção histórica não extrapola a visão da crueldade humana como motor subjetivo dos fatos históricos. O fazer histórico,

como tem sido realizado até hoje, não permitiu a perspectiva da compaixão ou de quaisquer outros motores subjetivos menos cruéis. Assim, a *hibris* assume um caráter estóico, determinista e determinante da história humana.

As atrocidades, as guerras, as dores, as castas, o Holocausto, a exploração de classes, as revoluções, os exércitos formados para conquistar territórios, as traições, as emboscadas, o fanatismo, os fundamentalismos, a disputa pelo poder em suas várias manifestações, o conflito de raças, classes, interesses econômicos, os genocídios, infanticídios, estupros em massa, repatriação forçada, torturas foram enfatizados ou são fulcrais na explicação dos eventos na literatura histórica. O máximo que o discurso histórico se permite é uma apologia à construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”, à nobreza das lutas de classes e das resistências, à realização de objetivos éticos pela força. No entanto, mesmo essas lutas e resistências, mesmo a construção dessa sociedade justa e igualitária são permeadas pela *hibris*, sem falar que, na verdade, os grupos representativos das classes exploradas ou dominadas, muitas vezes, não os representam de fato, apenas de direito. Não há ênfase nas ações pacifistas de resistências seja de indivíduos seja de grupos. Muitas vezes, a dor e o medo diante da situação de exploração são confundidos com alienação. Na história, não há espaço para “sentimentalismos”.

O discurso histórico tem sido guiado, em sua maioria, pela linearidade, pelo utilitário, pelo funcional, pelo compartimentado, pela manipulação maniqueísta dos fatos. O maniqueísmo permeia o fazer histórico: de um lado os senhores de escravos e de feudos, os latifundiários, os déspotas, os absolutistas, os conservadores, os militares, os tiranos, os fundamentalistas, a Igreja Católica, os girondinos, os burgueses, os capitalistas, os capitães de indústrias, o Primeiro Mundo, a globalização, os manipuladores, os exploradores, os inquisidores, a classe dominante – legítimos representantes do mal. O mal absoluto. A personificação simbólica da crueldade humana. Do outro lado, os escravos, os camponeses, os proletários, os operários, os analfabetos,

os índios, os negros, as mulheres, as crianças, os pobres, os rebeldes, os bárbaros, os protestantes, os jacobinos, os bolcheviques, os comunistas, os socialistas, o Terceiro Mundo – vítimas, heróis nobres, mártires – representações simbólicas das conseqüências da maldade humana. O bem absoluto. Na arena da história, a eterna luta entre o bem e o mal.

A psicologia cognitiva diz que as idéias transmitidas na formação de um indivíduo o impressionam e perduram em sua mentalidade, a despeito de qualquer formação acadêmica:

Lamentavelmente, porém, algumas idéias que se desenvolvem no começo da infância estão muito menos fundamentadas. As crianças acreditam, por exemplo, que os indivíduos que se parecem com elas são bons, ao passo que os que lhes parecem diferentes são maus. Acreditam que algo que se movimenta está vivo, enquanto que o que está imóvel está morto. Acreditam que os objetos são impelidos por invisíveis forças mágicas. E assim por diante. Boa parte da literatura e do teatro, em seus primórdios, “joga” com essas crenças de um modo que cativa os jovens, mesmo quando diverte os mais velhos nos bastidores. Além disso, essas primeiras representações – idéias falsas como lhes chamam as pessoas do ramo – não desaparecem simplesmente com a idade. Pelo contrário, elas provam ser desconcertantemente robustas. Mesmo os estudantes que freqüentaram a escola formal continuam a nutrir uma variedade de idéias falsas – sobre tópicos que vão desde a evolução à ópera e ao Holocausto [...]. Até os melhores estudantes, nas melhores escolas, continuam freqüentemente a dar guarida a idéias falsas, a concepções errôneas; a durabilidade da “mente não-instruída” tem sido documentada de forma excelente por engenhosos pesquisadores cognitivos (GARDNER, 1999, p. 85).

Daí por que se torna importante uma educação que favoreça a formação de mentalidades mais acuradas. Nesse contexto, os historiadores desempenham importante papel, visto que podem contribuir para que as fontes de moralidade possam ser mais bem compreendidas:

[...] qualquer relato histórico deve ser construído e aqueles que realizam a construção ajudam a definir a nós mesmos, aos nossos aliados, aos nossos inimigos e às nossas opções (inclusive

as nossas escolhas morais) [...]. A iniciativa de investigar e escrever história elucida questões sobre verdade e bondade [...]. Julgar as ações dos nazistas na Segunda Guerra Mundial (ou as ações dos homens em qualquer outro evento histórico) não é um ato histórico – é um ato de avaliação moral (GARDNER, 1999, p. 181-182).

Se a história se nega a admitir/assumir as subjetividades, o mesmo não acontece com outras ciências que resgatam a centralidade do sentimento, a importância da ternura, do cuidado, da compaixão, desde a biologia genética à física quântica (BOFF, 1999, p.100).

Por mais que o discurso histórico tenha pretendido reduzir o ser humano a sua dimensão *híbris* e tivesse, em certa medida, nos convencido dela, a história não contada revela a encantadora capacidade humana da compaixão. Assim, não pretendemos negar a *híbris* humana. Todavia, é preciso compreender que há razões para que ela se manifeste e que o discurso histórico, na maioria das vezes, forja essas razões:

[...] a compaixão pode ser embotada por um sentimento de inferioridade. Se as pessoas sentem que foram prejudicadas ou estão ameaçadas, a fonte da boa vontade seca. Quando exposta a mitos de atrocidades, histórias de sabotagem e usura, medo da guerra ou da fome, a compaixão é corroída e a violência subjacente pode facilmente ser introduzida (THOMSON, 2002, p. 563).

O discurso histórico serve perfeitamente a esse interesse quando dissemina a idéia de “mocinho e bandido”, de herói e vilão, sugerindo que, somente pela força, pela violência, pela guerra, pelas rebeliões, pelas revoluções insufladas por “nobres ideais”, pode-se fazer ou modificar os rumos da história. Ao negar a moralidade como convenção historicamente definida, o discurso histórico naturaliza o maniqueísmo das ações humanas, sem considerar a complexidade dos fatores que motivam os fatos. Na história da moralidade, podemos encontrar contraposições à perspectiva da inerente maldade humana.

### **A compaixão como condição antropológica**

“A boa vontade é uma potencialidade antropológica que muitos fracassos, decepções, resignações, hábitos podem inibir” (MORIN, 2002, p. 122). Isso significa que somos antropológicamente capazes de confiar, de esperar pelo melhor, somos potencialmente capazes de fazer o melhor. No entanto, o discurso histórico viaja na contramão dessa possibilidade, funcionando como a Caixa de Pandora, que espalha desgraças na trajetória da humanidade e trancafia a esperança.

A perspectiva moriniana é de uma história antropológica, multidimensional: “a história dos historiadores, do acontecimento, econômico-social, etnográfica e às vezes polidimensional, deve também tornar-se antropológica”. Tal fazer historiográfico “deveria considerar as guerras, os massacres, a escravidão, o assassinato, a tortura, os fanatismos, e também a fé, seus impulsos sublimes, a filosofia, como atualizações de virtualidades antropológicas” (MORIN, 2002, p. 17). Nesse mesmo sentido, Gardner (1999, p. 82) prossegue:

[...] assim como as capacidades lingüísticas (e numéricas e espaciais) evoluíram a fim de permitir a adaptação ótima ao meio ambiente, outras capacidades humanas podem igualmente ter propriedades universais, e estas são também a consequência adaptativa de milênios de evolução. Especificamente, pode haver universais no domínio da moral [...] e no domínio estético.

Assim como Morin (2002, p. 85) sugere uma dimensão civilizacional coletiva na compreensão dos fenômenos oriundos do mal-estar da civilização, supostamente individuais, podemos supor, igualmente, uma dimensão civilizacional – porque antropológica – das expressões subjetivas mais nobres e éticas, entre elas a compaixão. Tal dimensão estaria embotada, talvez porque, como insinua Gardner (1999, p. 79): “uma revolução em ciência social não exerce necessariamente efeitos imediatos ou nítidos no mundo da prática”.

O caráter antropológico da compaixão permeia também o conceito da sociabilidade humana. É forçoso reconhecer que, embora

os compêndios científicos postulem que o homem seja social por natureza, em suas proposições a assertiva é que o amor entre os humanos existe porque existe a sociedade. Para Boff e Maturana (BOFF, 1999, p.110-111), ocorre exatamente o inverso: a sociedade existe porque existe amor entre os homens. A competição é anti-social, destrutiva, excludente, inumana. “O amor é um fenômeno cósmico e biológico”, assevera Boff, e antropológico. As pessoas se unem em sociedade não para competir, se matarem e se destruírem, mas porque precisam umas das outras, precisam do “sentimento de pertença a um mesmo destino e a uma mesma caminhada histórica”. Foram cooperação, a co-existência, a compaixão que garantiram a persistência da vida e dos indivíduos até os dias atuais. Os valores humanos da sensibilidade, do cuidado, da convivalidade sempre impuseram limites à voracidade do poder-dominação (BOFF, 1999, p. 124). Se examinarmos a história, propõe Dalai Lama (2000, p. 218), percebemos que o amor da humanidade pela paz, pela justiça e pela liberdade sempre triunfa sobre a crueldade e sobre a opressão. Se fôssemos movidos tão-somente pela *híbris*, provavelmente já não existiríamos mais como espécie.

Nesse sentido, também o historiador inglês Oliver Thomson (2002, p. 34) assevera que

A compaixão pode não ser universal: seu nível em diferentes seres humanos depende muito da educação, tratamento, maturidade emocional, mas sem dúvida existe em quantidade suficiente na maioria das sociedades, particularmente entre mulheres, para formar a espinha dorsal do desenvolvimento moral. Em alguns períodos talvez esteja enfraquecida ou sufocada por sofrimentos, desgraças ou obsessões divergentes. A vida dos mercadores de escravos do século XVII, por exemplo, mostra como homens normais podiam rapidamente acostumar-se a infligir um tratamento aterrador aos escravos, os monges da Inquisição espanhola, os guardas dos campos de concentração nazistas eram facilmente treinados por seus líderes para serem obedientes instrumentos de sadismo em massa. A compaixão pode desaparecer durante metade de uma geração, mas geralmente parece voltar para restaurar a estabilidade de sociedades desequilibradas.

Os diversos códigos morais constatados nas diferentes épocas e regiões são expressões “de como o grupo dominante de uma sociedade quer que a maioria se comporte, para sua própria conveniência”. Os códigos morais são, portanto, instrumentos de controle psicológico de grupo que “proporcionam uma estrutura bem mais ampla de manipulação do que a corporificada apenas no código legal” de uma sociedade (THOMSON, 2002, p. 32-33). Ainda assim, a história da moralidade vem acrescida pela elaboração de leis incorporadas nos códigos que violentam a subjetividade de um ser humano. O ser social/objetivo/compartimentado “mata” nele e no outro o ser moral/subjetivo/complexo. A compaixão, no entanto, não é uma conduta artificial que possa ser ensinada ou transferida por meio de atitudes opressoras.

O que possibilita o controle em massa é confundido muitas vezes com uma natural/antropológica tendência humana para a brutalidade/crueldade. No entanto, há uma explicação psicológica desse controle: uma das matérias-primas que facultam o desenvolvimento dos códigos morais é a preferência por fáceis decisões já que decisões subjetivas provocam medo e insegurança e, além disso, a forma como esse controle é exercido não deixa margem para dúvidas. Assim, as sociedades são fortemente submetidas a propagandas e treinamento moral intensivos, numa espécie de “lavagem cerebral” (THOMSON, 2002, p. 34-37; 80-81).

Seja qual for o grupo dominante, o *etos* será sempre resultante de uma manipulação ou formação de mentalidades: “o caráter do homem é construído para ele e não por ele”, assevera Owen, apud Thomson (2002, p. 106), portanto os padrões morais coletivos constituem uma expressão da persuasão em massa.

A imitação de heróis é a mais antiga e a mais eficaz das técnicas para o treinamento moral da coletividade até hoje. Assim, cada sociedade produz seu lote de heróis – reais ou fictícios – “que se tornam foco de uma mimese comportamental”. Para cada ensinamento pretendido, um modelo heróico é construído, de forma que Aníbal; Alexandre, o Grande; Carlos Magno; Rei Artur; Cristo; Buda; Maomé; a Virgem

Maria; São Francisco; Florence Nightingale; George Washington; Lênin; Mao; Stakhanov; Andrew Carnegie; Tom Cornwall; Lucrecia de Tarquínio são alguns desses heróis-modelos. Outra técnica de treinamento é o uso de material legendário, parábolas e mitos. Para Campbell, apud Thomson (2002, p. 111), “a função social da mitologia é estabelecer sistemas de sentimentos, modelos comportamentais para todas as ocasiões”.

Dessa forma, atitudes morais desumanas e cruéis são racionalizadas como tradições. A eficácia da transmissão da mensagem é garantida por diversos meios de propaganda, inclusive pelas artes. A pintura, a escultura, a arquitetura, os símbolos, a literatura, a música, o teatro, o cinema, o rádio e a televisão disseminam e incutem o *etos* dominante (THOMSON, 2002, p. 110-111).

Na trajetória da humanidade, é fácil constatar que os maiores crimes da história foram cometidos pelo poder oficial, por grupos dirigentes ou indivíduos convictos de sua própria integridade (THOMSON, 2002, p. 556-574). A manifestação da hediondez humana pode levar a crer que há uma espécie de sadomasoquismo inerente à espécie, racionalizado sob a forma de sacrifício aos deuses, de chacina de exércitos e civilizações derrotadas, de perseguições às minorias, de exploração por escravidão, servidão e exploração industrial, de tiranias megalíticas. No entanto, não é possível atribuir tais atrocidades a uma única pessoa ou grupo. Nos episódios grotescos de crueldade histórica, os executores eram pessoas comuns – carrascos, capangas, torturadores, queimadores de bruxas, traficantes de escravos, assistentes de câmaras de gás – pessoas que voltavam para casa e tratavam com carinho os filhos e os animais e que tinham a certeza do dever cumprido, demonstrando que o ser humano é facilmente conduzido, persuadido, induzido a aceitar, sem questionar, o inaceitável. A autoflagelação e os homens-bombas são prova disso.

Apesar da evidência dos comportamentos extremos, pode-se afirmar que o cuidado pela vida e pelo bem-estar caracteriza o bom comportamento humano, constituindo, essa fonte de bondade, num “instinto natural de compaixão” (THOMSON, 2002, p. 559-560).

A compaixão humana suplanta substancialmente qualquer comportamento semelhante no animal, assim como a sua contraparte extrapola os limites plausíveis, demonstrando uma ferocidade de fazer inveja ao mais feroz dos animais. Exemplos de crueldade em massa sugerem a liderança obsessiva de pequenos grupos ou de indivíduos que, por algum tempo, manipularam seus povos para que ignorassem os sentimentos normais de compaixão, enquanto muitos dos não-eventos da história estão relacionados a sociedades com lideranças discretas e ideologias não fanáticas que, assim, não ganharam nem a glória nem a notoriedade para se projetarem na história, tais como os hotentotes, o povo de Madagascar, os ilhéus de Tonga, os groenlandeses, os dyaks, os iroqueses norte-americanos. Tais exemplos sugerem que o comportamento natural do homem tende a ser compassivo e que a atitude sádica é uma atitude mental artificialmente criada por líderes ou pressões externas em que a compaixão foi embotada pelo senso competitivo patologicamente obsessivo ou pela superstição e preconceito e, ainda, pela superexposição à crueldade. O convívio constante com a crueldade torna-a não vista, acomoda-se psiquicamente, naturaliza-se na mentalidade (THOMSON, 2002, p. 561-563).

### **Na história da humanidade a profusão de exemplos de compaixão**

Boff (1999, p. 126-127) explica que a filologia latina da palavra compaixão sugere a capacidade de partilhar com o outro sua paixão, seus sofrimentos, suas alegrias, isto é, caminhar sinergicamente com o outro. Tal atitude pressupõe a renúncia de dominar, de matar qualquer ser vivo. No hinduísmo, o correspondente de compaixão é *ahimsa*, que significa não-violência, evitar qualquer sofrimento ou constrangimento a outros seres. No taoísmo, o equivalente à compaixão é *wu wei*, que quer dizer entrar em comunhão e lutar contra o desejo de possuir. No judeu-cristianismo, o termo *rahmimi*, a misericórdia, equivale a compaixão e significa sentir a realidade do outro, especialmente de quem sofre. Dalai Lama (2000, p. 138-139) distingue dois tipos de compaixão. A compaixão-empatia, *nying je*, que se refere à capacidade *inata* de

partilhar do sofrimento alheio, e a grande compaixão, *nying je chenmo*, que corresponde a um plano mais elevado de compaixão quando a dedicação ajuda não apenas a superar o sofrimento alheio, mas também as causas do sofrimento. Dalai Lama fala ainda sobre a lógica da compaixão segundo a qual a compaixão é potencialmente estável, segura, inata, contínua, estimulável, inesgotável, ampliável.

Apesar dos líderes obsessivos, das hecatombes sociais, das tiranias, das escravidões, das ditaduras que embotam a compaixão, esta jamais deixa de existir como condição antropológica. Basta lembrar que os humanos neandertalenses eram solidários e esforçavam-se em ajudar os deficientes; que as primeiras armas produzidas pelos humanos, o arco e a flecha, no início da Idade da Pedra, tinham a finalidade de caçar animais, e não de matar ou combater outro humano; que algumas tribos atuais, como os pudans de Bornéu, os esquimós do Ártico e os djahai da Austrália nunca fizeram uma guerra – “façanha notável em milhares de anos, e sem paralelo em muitas das mais avançadas sociedades”. Há ainda exemplos de diversas tribos primitivas que nunca tiveram escravidão, prostituição, poligamia, canibalismo, infanticídio, sacrifícios humanos ou quaisquer outros hábitos cruéis e hediondos (THOMSON, 2002, p. 137-138). Em pleno século XX, a Costa Rica é exemplo de país que foi desmilitarizado desde 1949 em favor da paz, além da zona desmilitarizada na Antártida (DALAI LAMA, 2000, p. 227-231).

O Holocausto (1914-1945), o sistemático genocídio dos judeus e de alguns outros grupos pelos nazistas e fascistas, durante a Segunda Guerra Mundial, para alguns pesquisadores, é o maior exemplo de atrocidade; uma “crônica de perversidade humana sem precedentes”, porque, apesar de ser comum o morticínio organizado na história humana, o Holocausto destaca-se pela clareza de seus objetivos e pela meticulosidade de sua execução. Os nazistas pretendiam exterminar um povo inteiro, inclusive mulheres e crianças, e quase o conseguiram. Pretendiam o genocídio não porque o povo judeu representasse uma ameaça militar, mas porque ameaçava a pureza da “raça” ariana, numa

evidente demonstração de ignorância das leis da genética, segundo as quais os seres humanos pertencem todos à mesma espécie. Do ponto de vista ético, esse é o episódio da história que mais suscita questionamentos (GARDNER, 1999, p. 16; 169).

É no Holocausto, maior emblema da maldade humana, que falam com maior eloquência os episódios de bondade, heroísmo e compaixão, embora “o entendimento de impressionantes exemplos de verdade, beleza e bondade é suficientemente significativo para os seres humanos para que possa ser justificado por si mesmo”, conforme assevera Gardner (1999, p. 17), “na ausência de tal entendimento, os indivíduos não podem participar de forma plena no mundo em que vivem – em que *nós* vivemos”. Daí porque é preciso o esforço para atingir tal compreensão.

O Holocausto, portanto, documenta não somente os terríveis potenciais dos seres humanos, mas também nos oferece exemplos inspiradores de coragem e compaixão, pois envolve os mais extremos sentimentos humanos: ódio, crueldade, perversidade e o uso do poder de forma criminosa, ao lado da coragem, da decência, do heroísmo, da sublimidade do amor. O Holocausto suscita questões de bondade e maldade humanas, em suas mais puras formas:

[...] se uma pessoa chegar a entender o Holocausto, terá adquirido uma melhor noção da natureza e dimensões da maldade humana; suas fontes, sua extensão, e as medidas que poderiam ser iniciadas para combater esses potenciais humanos, nos outros e em nós próprios. E, dentro desse quadro sombrio, terá que vislumbrar raios de esperança nas condutas exemplares de certos soldados, civis e líderes políticos e religiosos. Em última análise, as respostas da sociedade a questões sobre verdade, beleza e bondade são importantes, mas nossas respostas pessoais são ainda mais importantes (GARDNER, 1999, p. 252).

Os exemplos de amor, bondade e compaixão estão invariavelmente ligados a pessoas, anônimas ou não, que arriscaram suas vidas para salvar vidas de quem nem mesmo, muitas vezes, conheciam. Olenka e Tânia são emblemas dessa compaixão. No livro

**A Marcha**, escrito por Michael Stivelman, sobrevivente do Holocausto, Olenka e Tânia acolhem, cuidam, dividem alimentos e protegem Stivelman e sua mãe judia, moribunda, arriscando suas vidas por pessoas que não conheciam (BOFF, 1999, p. 179). Há muitos outros exemplos. A oposição ao regime nazista surgiu também da juventude alemã e entre os que se ressentiam da tirania hitlerista. Em Munique, em torno de 1942, estudantes universitários deram forma a um grupo de resistência chamado “Rosa Branca”. Seus líderes, Hans Scholl, sua irmã Sophie Scholl e o professor Kurt Huber foram presos e executados, em 1943, para servirem de exemplo de castigo aos opositoristas de Hitler. Alguns não-judeus também resistiram aos alemães, escondendo ou ajudando judeus a escapar do regime nazista. Estas pessoas arriscavam freqüentemente suas vidas e as vidas de seus familiares e amigos para manter vivos alguns judeus. O povo da Dinamarca, por exemplo, desafiou as ordens de Hitler e o poder da Alemanha, recusando-se a entregar seus cidadãos judeus. Os dinamarqueses esconderam quase 7.200 judeus e, clandestinamente, os transportaram em segurança para a Suíça, que se mantinha neutra. Raoul Wallenberg, um diplomata sueco, conseguiu salvar cerca de 100.000 judeus húngaros emitindo passaportes para que fugissem do domínio nazista (BLAJBERG, 2004).

Oscar Schindler (1908-1974), um proprietário de uma fábrica alemã, protegia seus trabalhadores escravos judeus pessoalmente, recuperando-os dos transportes aos campos de concentração. Alimentou-os e abrigou-os em seu próprio campo de trabalho e manteve-os trabalhando em sua fábrica até que a guerra terminasse. Oscar Schindler, que começou a ganhar milhões de marcos alemães pela cruel exploração de trabalhadores escravos, acabou por despendar até o seu último cêntimo arriscando a sua própria vida para salvar os “seus” 1200 judeus (BLAJBERG, 2004).

Há ainda exemplos como o do diplomata brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954), embaixador do Brasil na França de 1922 a 1944. Assinando pessoalmente vistos e passaportes diplomáticos, Souza Dantas salvou, comprovadamente, 475 pessoas. O embaixador, que não figura em nenhum livro de história brasileiro, foi reconhecido pelo Museu

do Holocausto de Jerusalém (Yad Vashem), como “Justo entre as Nações”. Só quem preenche, pelo menos, uma destas três condições merece o título concedido pelo museu: arriscar cargo e posição social, arriscar a própria vida e salvar um número expressivo de pessoas. O diplomata não arriscou sua vida, mas quase perdeu o emprego e o *status* por assinar centenas de vistos para perseguidos do nazismo na França ocupada, desobedecendo às recomendações oficiais do governo Getúlio Vargas. O número certo – de judeus, homossexuais, comunistas e outras vítimas do nazismo – que encontrou a salvação graças à assinatura de Souza Dantas não é conhecido, estima-se que possa passar de mil pessoas. Outro exemplo é o da brasileira Aracy de Carvalho-Guimarães Rosa, que foi assistente do embaixador brasileiro em Berlim durante a Segunda Guerra Mundial. Também pouco conhecida, ela salvou cerca de 80 pessoas, emitindo vistos por conta própria (KRESCH, 2000).

Além desses exemplos incontestáveis, há os de muitas pessoas anônimas e desconhecidas que arriscaram suas vidas, por compaixão, para salvar as vítimas do nazismo. Alguns dos simpatizantes da causa judaica muitas vezes tinham oportunidade de pegar crianças judias e levá-las como sendo seus próprios filhos e, assim, conservar suas vidas. A lista tanto de pessoas como das maneiras de expressar a compaixão é enorme e serve ao propósito deste artigo que não é outro senão mostrar que a compaixão se não predomina na natureza humana está pelo menos lado a lado, impondo limites à, supostamente inextinguível, crueldade dos homens.

## Conclusão

Edgar Morin diz que:

[...] reduzir o conhecimento do complexo ao de um de seus elementos, considerado como o mais significativo, tem conseqüências piores em ética do que um conhecimento físico. Entretanto, tanto é o modo de pensar dominante, redutor e simplificador, aliado aos mecanismos de incompreensão, que determina a redução da personalidade múltipla por natureza, a

um único de seus traços. Se o traço for favorável haverá desconhecimento dos aspectos negativos desta personalidade. Se for desfavorável haverá desconhecimento dos seus traços positivos. Em um e em outro caso, haverá incompreensão. A compreensão pede, por exemplo, que não se feche, não se reduza o ser humano a seu crime, nem mesmo se cometeu vários crimes [...]. Além disso, lembremo-nos de que a possessão por uma idéia, uma fé, que dá a convicção absoluta de sua verdade, aniquila qualquer possibilidade de compreensão de outra idéia, de outra fé, de outra pessoa (MORIN, 2001, p. 98-99).

Assim, para Morin, é esse reducionismo que incapacita o ser humano de conceber o pensamento complexo, o pensar junto, derivando na racionalização do conhecimento em função do modo de pensar dominante, absoluto, especializado, pronto e em função da incompreensão.

Diante do mito historicamente criado da irrecuperável hediondez humana – tradição historiográfica que se cumpre “religiosamente” – é possível concluir que esse “dogma” histórico de que o espírito humano é absolutamente hediondo está a serviço do pensamento redutor, do pensamento que rejeita a compreensão, as múltiplas personalidades de que fala Morin, que rejeita a crítica, a autocrítica, a heterocrítica, as condições históricas, culturais, sociais, psíquicas, espirituais. É o pensamento que rejeita a inteligibilidade humana, a sua racionalidade, que se outorga como verdade absoluta, acabada, por constituir-se tradição histórica e, aliado aos mecanismos de incompreensão, compartimenta, especializa e reduz o conhecimento.

A lógica organizadora do discurso histórico, como tem sido pensada até hoje, não resiste ou não pode assimilar a dimensão da compaixão humana como geradora de fatos históricos. No discurso histórico, o conveniente confunde-se com o real. A compaixão não é conveniente, não é fato histórico, apesar de ser determinante em muitas sociedades, tais como os povos com total aversão ao ato de matar, registrados por Thomson (2002, p. 40) – os indianos em seu primórdios, os quacres, os dukhobors, os amishes, amostras de que a pacificação é antropológicamente possível.

Tal atitude da literatura histórica resulta em reducionismos e impede o *bem pensar* moriniano:

[...] o modo de pensar que permite apreender em conjunto o texto e o contexto, o ser e o seu meio ambiente, o local e o global, o multidimensional, em suma, o complexo, isto é, as condições do comportamento humano. Permite-nos compreender igualmente as condições objetivas e subjetivas (*self-deception*, possessão por uma fé, delírios e histerias) (MORIN, 2001, p. 100).

Assim, a compaixão foi historicamente circunscrita à religião, à filosofia, à ética, à moral. A racionalização que impede a racionalidade quer proteger o homem contra o erro e a ilusão, no entanto, incorre em erros e ilusões ainda mais ou tão perigosos.

Nosso sistema de idéias (teorias, doutrinas, ideologias) está não apenas sujeito ao erro, mas também protege os erros e ilusões nele inscritos. Está na lógica organizadora de qualquer sistema de idéias resistir à informação que não lhe convém ou que não pode assimilar (MORIN, 2001, p. 22).

Assim, a realidade não é facilmente legível. As idéias e as teorias não refletem, mas traduzem a realidade, às vezes de maneira errônea. “Nossa realidade não é outra senão nossa idéia de realidade”, assevera Morin (2001, p. 85). Se assim é, é preciso compreender que a história está sendo contada por pesquisadores sem isenção de suas percepções e valores e que a educação é um dos meios de imposição/construção de códigos de comportamento. Daí porque Thomson sugere que a educação promova a compaixão natural e o estudo das forças que a coíbem. Sua proposta, no entanto, não é ingênua:

A lição da história é manter a simplicidade: as moralidades mais bem-sucedidas basearam-se no medo – medo da dor, punição, ridículo, desaprovação ou do tormento eterno. Remova esses medos, como geralmente acontece nas comunidades afluentes, e o sistema cai no desequilíbrio. Só há um sinal de renascimento quando o desequilíbrio começa a produzir destruição suficiente

para restaurar o medo. O desafio para o século XXI é construir um novo etos amadurecido, baseado em objetivos positivos, e não negativos; que compreenda a crise que desafia o planeta e a população, um código construído a partir da compaixão e não só do medo (THOMSON, 2002, p. 574).

Por analogia, podemos lembrar que, assim como no filme pronto para consumo não aparecem as cenas dos bastidores, também no palco da história não desfilam aqueles que fazem a história acontecer. É nos bastidores que se verifica a realidade, não na tela. E assim como o autor e o diretor abdicam de sua aparição por não terem habilidade de representar, também, na história, autorias são usurpadas por quem se apropriou legalmente do direito de assinar os fatos. Quantos destinos foram decididos nos bastidores da história? Quantos “vilões” decidiram destinos porque foram poupados pela compaixão dos caçadores, dos pastores ou das fadas madrinhas?

Para não concluir, lembramos o efeito borboleta, estudado desde 1955 por Edward Norton Lorenz (apud CORRÊA, 2002), segundo o qual insignificantes fatores podem ampliar-se temporalmente de forma a mudar radicalmente um estado. Se o bater de asas de uma borboleta pode, potencialmente, provocar reações nas mais longínquas regiões do mundo, o bater de asas de outros insetos também o pode. Se o bater de asas de uma borboleta pode provocar efeitos, pode, igualmente, evitar o que se forma sem sua influência. Talvez os historiadores do século XXI percebam o efeito borboleta da compaixão e compreendam o que diz Thomson (2002, p. 93): “uma vasta rede de costumes memorizados no mito e na fábula, repetidos de geração em geração, torna-se parte da estrutura do sistema moral como um todo e adquire um valor desvinculado de qualquer explicação racional”. Se isso acontecer, não apenas os historiadores, mas a humanidade poderá reescrever a sua história. Aí, quem sabe, se não pudermos viver felizes para sempre, poderemos, pelo menos, viver num mundo melhor.

## LA COMPASSION DANS L'HISTOIRE: ATTRIBUT ANTHROPOLOGIQUE ET OCCULTEMENT

**Résumé:** La compassion comme décisif de faits historiques. L'article essaie de montrer que pas seul le différend pour le pouvoir, produire des faits plus cruels et belligérants de l'histoire de l'humanité, il caractérise la trajectoire humaine, mais aussi facteurs subjectifs positifs, de même que la compassion, a perturbé, ils ont influencé et même ils ont défini et ils définissent encore la performance de l'homme dans le Monde. L'article montre que réduire l'hibris de la dimension de l'his/her de l'homme c'est nier la complexité inhérente à l'espèce.

**Mots-clés:** Histoire. Compassion. Cruauté. Complexité.

### Referências Bibliográficas

BLAJBERG, Israel. A resistência contra Hitler. **Revista Imigrante de Israel**. Disponível em: <[www.israel3.com/index.php](http://www.israel3.com/index.php)>. Acesso em: 13 dez. 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CORRÊA, Roger Willians. **O efeito borboleta**. Disponível em: <[www.geocities.com/inthechaos/histo.htm](http://www.geocities.com/inthechaos/histo.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2004.

CRUZ, Inês; RIBEIRO, Carlos H. P. **Oscar Shindler libertino e salvador**. Tradução da aula de inglês da página de Internet. "The Story of Oscar Schindler – Rake and Savior" pelos alunos do 9º A Projecto Nónio Século XXI. Disponível em: <http://www.bxscience.edu.orgs/holocaust/edguide/deaths.html>>. Acesso em: 03 dez. 2004.

DALAI LAMA. A ética da compaixão. In: \_\_\_\_\_. **Uma ética para o novo milênio**. 4. ed. Tradução de Maria Luíza Newlands. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

\_\_\_\_\_. Paz e desarmamento. In: \_\_\_\_\_. **Uma ética para o novo milênio**. 4. ed. Tradução de Maria Luíza Newlands. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

GARDNER, Howard. **O verdadeiro, o belo e o bom**. Princípios básicos para uma nova educação. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

KRESCH, Daniela. Schindler brasileiro é reconhecido em Jerusalém. **Revista Visão Judaica**, n. 15, 1º jan. 2000. Disponível em: <http://www.visaojudaica.com.br>. Acesso em: 31 jan. 2005.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

THOMSON, Oliver. **A assustadora história da maldade humana**. Tradução de Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2002.